Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Administração Penitenciária
Penitenciária Tacyan Menezes de Lucena de Martinópolis - Núcleo de Finanças e Suprimentos

Contrato

Secretaria da Administração Penitenciária
Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Oeste
Penitenciária "Tacyan Menezes de Lucena" de Martinópolis

TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

PENITENCIÁRIA "TACYAN MENEZES DE LUCENA" DE MARTINÓPOLIS

(Processo Administrativo n°006.00399898/2024-89)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 070/2024-
CELEBRADO ENTRE O(A) ESTADO DE S
PAULO, POR INTERMÉDIO DO(A) *PENITENCIÁ*
"TACYAN MENEZES DE LUCENA"
MARTINÓPOLIS E A EMPRESA ZACHI E SEIX
DISTRIBUIDORA LTDA

O Estado de São Paulo, através da Secretaria da Administração Penitenciária, p
Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Oeste por intermédio da Penitenciária "Tacy
Menezes de Lucena" de Martinópolis, com sede no(a) *Rodovia Homero Severo Lins, km 542 – Z*
Rural, na cidade de *Martinópolis* - Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº *96.291.141/00*
04, neste ato representado(a) pelo(a) Sr. Luiz Gustavo Neri Zani, Diretor Técnico III nomeado(a) p
Resolução SAP, de 10 de junho de 2021, publicado(a) no DOE de 11 de junho de 2021, portador(a)
identificação funcional nº 11.314.370-01 , inscrito(a) no CPF sob o nº 261.598.378-42, no uso
competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e
EMPRESA ZACHI E SEIXAS DISTRIBUIDORA LTDA, *inscrito(a) no CNPJ sob o nº 47.064.216/00*
84, sediado(a) RUA VICENTE JOSE, 623, 623 -, na cidade de ANHUMAS/SP, doravante designado
CONTRATADO, neste ato representado(a) por FABIO ROBERTO SEIXAS, inscrito(a) no CPF sob
282.372.048-08, *conforme atos constitutivos da fornecedora,* tendo em vista o que consta no Proce
nº 006.00399898/2024-89e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 20
e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorre
do Pregão Eletrônico n. 90016/2024-PM., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para fornecimento de Gêne
Alimentícios Estocáveis, Perecíveis e Hortifrutigranjeiros, conforme detalhamento e especificaç
técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documen
da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO
37	Doce de Leite; Simples; Tablete; Composto de Leite, Acucar e Outros Ingredientes Permitidos; Apresentando Consistencia Firme, Cor Castanho Caramelado e Sabor Doce	465681	Tablete 30 gramas	700	0,39

Rodovia Homero Severo Lins, Km. 542 – Centro Prisional - Martinópolis/Rancha
Caixa Postal: 101 – CEP 19500-900 - Fones: (18) 3275-2190 / (18) 3275-2
CNPJ 96.291.141/0059-04 – Martinópolis –
e-mail: expediente_pmartinopolis@sap.sp.go

	Caracteristico; Isento de Sabores e Odores Estranhos; Embalagem Primaria Plastica, Lacrada, Embalados Individualmente; Embalagem Secundaria Caixa de Papelao; Com Validade Minima de 9 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Portaria 354/97 (mapa), Rdc 12/01, Rdc 259 /02, Rdc 360/03 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa;				

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera pa integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O fornecimento do objeto será *com entrega parcelada.*

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 21 (vinte e um) dias, com início em 11/12/202 término em 31/12/2024, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de ter aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamer pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providencia readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratad

2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanç administrativas;

2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágr único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condiç resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas L Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução contrato, com base na condição estipulada neste item, o Contratado não terá direito a qualq espécie de indenização.

Rodovia Homero Severo Lins, Km. 542 – Centro Prisional - Martinópolis/Rancha
Caixa Postal: 101 – CEP 19500-900 - Fones: (18) 3275-2190 / (18) 3275-2
CNPJ 96.291.141/0059-04 – Martinópolis –
e-mail: expediente_pmartinopolis@sap.sp.go

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, V XVIII)

3.1. A forma de fornecimento, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazo condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de mediç constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do obj contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. *O valor total da contratação é de R$ 273,00 (duzentos e setenta e três reais)*

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indire decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhist previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e out necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devi ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

5.4. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de peque porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por inco em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíb econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração vantagens daquele regime tributário diferenciado.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano conta da data do orçamento estimado, que corresponde a 11/12/2024.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de aco com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações p Contratado;

Rodovia Homero Severo Lins, Km. 542 – Centro Prisional - Martinópolis/Rancha
Caixa Postal: 101 – CEP 19500-900 - Fones: (18) 3275-2190 / (18) 3275-2
CNPJ 96.291.141/0059-04 – Martinópolis –
e-mail: expediente_pmartinopolis@sap.sp.go

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referênc

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado p adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento obrigações pelo Contratado;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionad à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinent meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o pr de *02 (dois) dias úteis* para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admit a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal cláusula contratual que estabeleça prazo específico.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômi financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de *05 (cinco) dias úteis*, contado a partir conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 202

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo p apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.11. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepost administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objet que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro n se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada p Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contrata com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causad terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constan deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os risco as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigaçõe seguir dispostas:

9.1.1. Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades e pe contatos com o Contratante;

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo con Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3. Comunicar ao contratante, assim que possível e com a devida antecedência relação à data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, cor devida comprovação, caso ocorrida tal circunstância;

9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento informação por eles solicitados;

Rodovia Homero Severo Lins, Km. 542 – Centro Prisional - Martinópolis/Rancha
Caixa Postal: 101 – CEP 19500-900 - Fones: (18) 3275-2190 / (18) 3275-2
CNPJ 96.291.141/0059-04 – Martinópolis –
e-mail: expediente_pmartinopolis@sap.sp.go

9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, b como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrume o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastrame Unificado de Fornecedores – SICAF ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relat aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fis perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do contrata que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrume 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos negativa, de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações e encargos trabalhist previdenciários, fiscais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, c inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto contrato, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja ser executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou be de terceiros.

9.1.11. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigaçõ assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos previ em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, b como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116, da Lei n.º 14.133, 2021);

9.1.13. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o item anterior, prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referi vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprime do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação incorreta ou inadequada utilização;

9.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de s proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sej previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.16. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais q interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do contratante;

Rodovia Homero Severo Lins, Km. 542 – Centro Prisional - Martinópolis/Rancha
Caixa Postal: 101 – CEP 19500-900 - Fones: (18) 3275-2190 / (18) 3275-2
CNPJ 96.291.141/0059-04 – Martinópolis –
e-mail: expediente_pmartinopolis@sap.sp.go

9.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 67.301, de 2022 Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupçã quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo qu Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco ace ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outr qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espé relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ain pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas neste subitem poderá submete Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplica das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do proce administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estad nº 67.301, de 2022.

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxili condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializa ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, finance trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que ter desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que de seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro gr nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 202

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Le 14.133, de 2021.

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setem

9.4.1.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem mo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrat

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Rodovia Homero Severo Lins, Km. 542 – Centro Prisional - Martinópolis/Rancha
Caixa Postal: 101 – CEP 19500-900 - Fones: (18) 3275-2190 / (18) 3275-2
CNPJ 96.291.141/0059-04 – Martinópolis –
e-mail: expediente_pmartinopolis@sap.sp.go

11.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações aci descritas as seguintes sanções:

Rodovia Homero Severo Lins, Km. 542 – Centro Prisional - Martinópolis/Rancha
Caixa Postal: 101 – CEP 19500-900 - Fones: (18) 3275-2190 / (18) 3275-2
CNPJ 96.291.141/0059-04 – Martinópolis –
e-mail: expediente_pmartinopolis@sap.sp.go

i. **Advertência**, se o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justifi a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
ii. **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e do subitem acima desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais gra (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
iii. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descri nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima desta cláusula, bem como nas alíneas "b", "c" e do referido subitem, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Le 14.133, de 2021).
iv. Multa:

Calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigaç de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais as sanções previstas ne Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valo diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra e instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, 2021).

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *capu* parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licita contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas orientações dos órgãos de controle.

11.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observado rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, 2021).

11.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada c abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Le 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanç aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligaç

Rodovia Homero Severo Lins, Km. 542 – Centro Prisional - Martinópolis/Rancha
Caixa Postal: 101 – CEP 19500-900 - Fones: (18) 3275-2190 / (18) 3275-2
CNPJ 96.291.141/0059-04 – Martinópolis –
e-mail: expediente_pmartinopolis@sap.sp.go

ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditó a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicad para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Fede (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos n artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinç por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Le 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do proces assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa n ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.3.1. Se a operação societária de que trata este subitem implicar mudança em pess jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíb econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizato (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, ca não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou so a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferin se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação aba discriminada:

13.1.1. Gestão/Unidade: 00001

13.1.2. Fonte de Recursos: 150010001

13.1.3. *Programa de Trabalho: 14.421.3815.6139.0000*

Rodovia Homero Severo Lins, Km. 542 – Centro Prisional - Martinópolis/Rancha
Caixa Postal: 101 – CEP 19500-900 - Fones: (18) 3275-2190 / (18) 3275-2
CNPJ 96.291.141/0059-04 – Martinópolis –
e-mail: expediente_pmartinopolis@sap.sp.go

13.1.4. *Elemento de Despesa: 33.90.30.10*

13.1.5. *Plano Interno:010.029.0440*

13.1.6. *Nota de Empenho: 2024NE02011*

13.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentá respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.0 de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do contratante, até o limite 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de ter aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no pra máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contrata o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simp apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contrataç Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo s oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Le 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisq questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esf administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em *(uma) via*, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado p que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas aba identificadas.

Rodovia Homero Severo Lins, Km. 542 – Centro Prisional - Martinópolis/Rancha
Caixa Postal: 101 – CEP 19500-900 - Fones: (18) 3275-2190 / (18) 3275-2
CNPJ 96.291.141/0059-04 – Martinópolis –
e-mail: expediente_pmartinopolis@sap.sp.go

Secretaria da Administração Penitenciária
Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Oeste
Penitenciária "Tacyan Menezes de Lucena" de Martinópolis

Martinópolis, 11 de dezembro de 2024.

LUIZ GUSTAVO NERI ZANI:26159837842
Assinado de forma digital por LUIZ GUSTAVO NERI ZANI:26159837842

LUIZ GUSTAVO NERI ZANI
RG:11.314.370-01 /CPF: 261.598.378.42
Diretor Técnico III

Representante legal do CONTRATANTE

FABIO ROBERTO SEIXAS
RG: 48.837.939/ CPF: 282.372.048-08
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:-

ADRIANA MARQUES DA SILVA TAVARES:15742615841
Assinado de forma digital por ADRIANA MARQUES DA SILVA TAVARES:15742615841

ADRIANA MARQUES DA SILVA TAVARES
RG: 26.547.854-6 / CPF: 157.426.158-41
DIRETORA II DO CENTRO ADMINISTRATIVO

Rodovia Homero Severo Lins, Km. 542 – Centro Prisional - Martinópolis/Rancha
Caixa Postal: 101 – CEP 19500-900 - Fones: (18) 3275-2190 / (18) 3275-2
CNPJ 96.291.141/0059-04 – Martinópolis –
e-mail: expediente_pmartinopolis@sap.sp.go

ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)

CONTRATANTE: Penitenciária “Tacyan Menezes de Lucena” de Martinópolis
CONTRATADO: ZACHI E SEIXAS DISTRIBUIDORA LTDA
CONTRATO Nº (DE ORIGEM): 070/2024-PM
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios estocáveis, perecíveis e hortifrutigranjeiros.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de su execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Cont do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias d manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regul cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões q vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diá Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Pau (https://doe.tce.sp.gov.br/), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complement nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem d prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados est cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforn “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados semp atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequen publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimenta exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: Martinópolis, 11 de dezembro 2024.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Luiz Gustavo Neri Zani

Cargo: Diretor Técnico III

CPF: 261.598.378-42

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: Luiz Gustavo Neri Zani

Cargo: Diretor Técnico III

CPF: 261.598.378-42

LUIZ GUSTAVO NERI ZANI:26159837842 Assinado de forma digital por LUIZ GUSTAVO NERI ZANI:26159837842

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: Luiz Gustavo Neri Zani

Cargo: Diretor Técnico III

CPF: 261.598.378-42

LUIZ GUSTAVO NERI ZANI:26159837842 Assinado de forma digital por LUIZ GUSTAVO NERI ZANI:26159837842

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: FABIO ROBERTO SEIXAS

Cargo: Representante Legal

CPF: 282.372.048-08

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: Luiz Gustavo Neri Zani

Cargo: Diretor Técnico III

Cargo: Diretor Técnico III

LUIZ GUSTAVO NERI ZANI:26159837842

Assinado de forma digital por LUIZ GUSTAVO NERI ZANI:26159837842

CPF: 261.598.378-42

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: PAULO ROBERTO SIQUEIRA DO NASCIMENTO

Cargo: Diretor Técnico II do Centro de Trabalho e Educação

CPF: 275.080.668-20

Assinatura: _____

gov.br Documento assinado digitalmente
PAULO ROBERTO SIQUEIRA DO NASCIMENTO
Data: 17/12/2024 18:06:03-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Responsável por processos licitatórios

Nome: Adriana Marques da Silva Tavares

Cargo: Diretor II do Centro Administrativo

CPF: 157.426.158-41

Assinatura: _____ ADRIANA MARQUES DA SILVA TAVARES:15742615841

Assinado de forma digital por ADRIANA MARQUES DA SILVA TAVARES:15742615841

(*) - O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que t
concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de
contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliaç
responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de cont
responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de intere
relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de
caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscrit
Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.

Documento assinado eletronicamente por **FABIO ROBERTO SEIXAS**, **Usuário Externo**, em 24/12/2024, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0050938567** e o código CRC **FB7BABC0**.